

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: *ESP (Economia)*
Data: *26/7/2003* P. *34*
Class.: *996*

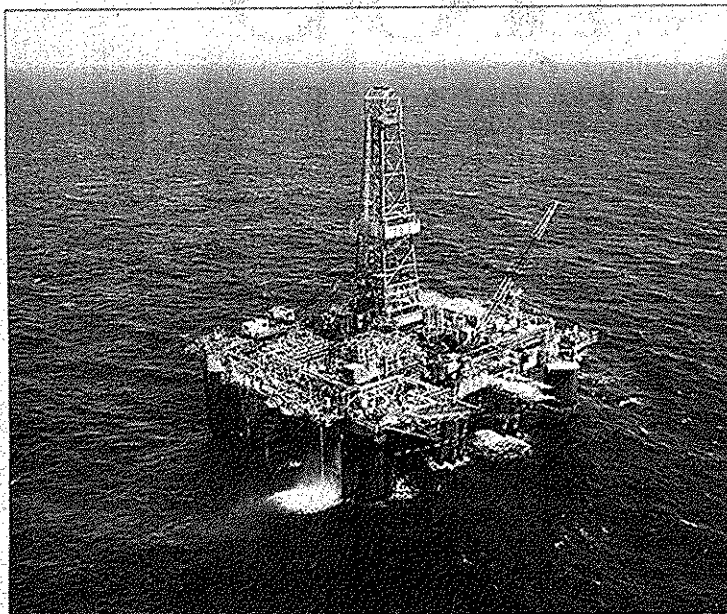
Questão ambiental ameaça resultado de leilão da ANP

Ampliação da área de exclusão ao redor de Abrolhos pode incluir a costa do Espírito Santo

KELLY LIMA

RIO – A polêmica ambiental envolvendo a exploração de petróleo na costa do Espírito Santo será decidida em conjunto pelas ministras Marina Silva e Dilma Rousseff. Segundo o diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro de Proteção ao Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), Nilvo Alves da Silva, elas vão analisar a questão tanto em relação ao desenvolvimento da produção de petróleo quanto à preservação da região. “Os dois temas têm pesos iguais para o governo federal”, disse o diretor, no Rio.

A polêmica começou quando a organização não-governamental (ONG) International Conservation pediu ao Ibama o aumento da área de exclusão (que proíbe atividades de extração mineral) ao redor do Parque Nacional de Abrolhos, localizado no Sul da Bahia. A área, ho-



Divulgação

Mudança pode comprometer também descobertas recentes de óleo

je, é de 10 quilômetros e a ONG quer ampliá-la para 240 quilômetros.

A expansão da área, porém, exige que sejam retirados 243 blocos, de um total de 1.100 blocos, da Quinta Rodada de Licitações de Áreas de Exploração de Óleo e Gás, que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realiza nos próximos dias 19 e 20 de agosto. A alteração também comprometeria as recentes descobertas de óleo da Petrobrás no Espírito Santo, além da produção e do transporte já existentes na área.

“A ANP teve todo o cuidado

de disponibilizar áreas para concessão em localidades que não comprometessem o meio ambiente, mas quem deve decidir se autoriza ou não a produção na área é o Ibama”, comentou o diretor da agência reguladora, John Forman. Ele não acredita que o comprometimento das áreas possa prejudicar o leilão.

Para o diretor do Ibama, retirar os blocos de exploração do leilão “não é a única solução para o impasse”. Uma solução intermediária, diz ele, seria pedir mais prazo para o reestudo das áreas em questão.